

CORREIO NACIONAL



Saiba os passos de como se inscrever

Enem 2025: prazo para inscrições termina nesta sexta

O período de inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2025 se encerra às 23h59 (no horário de Brasília) desta sexta-feira (6). Todos os interessados em fazer o exame devem se inscrever exclusivamente na Página do Participante, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela aplicação do exame.

O Ministério da Educação (MEC) tem alertado pelas redes sociais que qualquer outra platafor-

ma ou canal não autorizado que simule o site de inscrição “configura tentativa de fraude”.

Os participantes que tiveram os pedidos de isenção da taxa de inscrição e as justificativas de ausência em 2024 aprovados pelo Inep também precisam se inscrever no exame. A aprovação não significa a inscrição automática.

Pela primeira vez, os estudantes do 3º ano do ensino médio em escola pública têm sua inscrição pré-preenchida automaticamente.

FGV será banca do CNU

A Fundação Getulio Vargas (FGV) será a banca organizadora da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2), que irá oferecer até 3.652 vagas em 36 órgãos do poder Executivo federal.

No processo seletivo, a Fundação Getulio Vargas será a instituição respon-

sável pelo planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação do segundo CPNU, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, sob a coordenação geral do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Estudantes são premiados

Nesse 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, seis projetos desenvolvidos por jovens de todos os biomas brasileiros ganharam destaque por apresentarem propostas que aliam conservação e soluções ambientais à valorização do conhecimento das populações tradicionais.

Casos de síndrome respiratória

O Boletim InfoGripe, divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) nesta quinta-feira (5), alerta que os casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por Influenza A e pelo vírus sincicial respiratório (VSR) continuam em alta no país. A mortalidade por SRAG nas últimas oito sema-

As iniciativas venceram o Prêmio Criativos da Escola + Natureza, promovido pelo Instituto Alana, para encorajar crianças e adolescentes a transformar suas realidades, por meio do incentivo ao protagonismo.

Os vencedores serão premiados com uma jornada formativa on-line.

nas foi semelhante entre crianças e idosos. Na população idosa, destacam-se os óbitos associados à Influenza A.

Nas crianças, predominam a incidência e a mortalidade pelos rinovírus e Influenza A. A análise é referente à semana epidemiológica entre os dias 25 e 31 de maio.

Seis reservas particulares

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e o ministro substituto do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, anunciaram na quinta a criação de seis Reservas Particulares do Patrimônio Natural, como são chamadas as unidades de conservação

de domínio privado. As áreas estão nos estados da Paraíba, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e Santa Catarina. A instituição das reservas integrou o pacote de medidas divulgadas durante a cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Combate ao racismo no esporte

Em ação de enfrentamento ao racismo no esporte e compromisso com a promoção da igualdade racial, representantes dos ministérios do Esporte e da Igualdade Racial participaram da consulta regional latino-americana “O mundo dos esportes livre do racismo, discrimi-

nação racial, xenofobia e intolerância correlata”. O encontro integra as ações decorrentes da Resolução nº 54, aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que orienta esforços internacionais para combater essas violações no ambiente esportivo.

Crianças pequenas são mais expostas ao clima

Relatório foi publicado pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)

Crianças brasileiras nascidas em 2020 viverão, em média, 6,8 vezes mais ondas de calor e 2,8 vezes mais inundações e perdas de safra ao longo da vida do que as nascidas em 1960. O dado é do relatório A Primeira Infância no Centro da Crise Climática, publicado nesta quinta-feira (5), pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI).

O estudo tem como base informações do Observatório de Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que apontam uma escalada contínua dos eventos naturais extremos no Brasil. Os registros aumentaram de 1.779, em 2015, para 6.772, em 2023. A partir desse destaque, a pesquisa revela como o desenvolvimento de crianças com idade até 6 anos é impactado no Brasil por essa intensificação da exposição aos riscos causados por eventos naturais extremos decorrentes das mudanças climáticas.

Essa faixa etária, que corresponde à primeira infância, representa atualmente 18,1 milhões de pessoas no país, o equivalente a 8,9% da população.

De acordo com a pesquisa, essas crianças consequentemente são as mais expostas a



O dado é do relatório A Primeira Infância no Centro da Crise Climática

impactos na saúde, nutrição, oportunidade de aprendizado, acesso a cuidados, segurança e nutrição.

“Desde o começo da vida, já estão expostas a ondas de calor, poluição do ar e por aí vai, mas o nível de exposição vai depender de como o mundo caminha em relação a reduzir as emissões de gases do efeito estufa”, alerta a coordenadora do estudo, Márcia Castro, che-

fe do Departamento de Saúde Global e População da Universidade Harvard.

Segundo a pesquisadora, esses impactos da crise climática em uma fase tão delicada do desenvolvimento podem comprometer capacidades físicas, cognitivas e emocionais por toda a vida e trazer consequências como maior exposição a doenças, déficit cognitivo e acadêmico, instabilidade econômica,

insegurança alimentar, perda de moradia e deslocamentos forçados.

Os pesquisadores também concluíram que essa exposição aos riscos climáticos ainda agrava situações de vulnerabilidade. No país, mais de um terço (37,4%) das crianças de até 4 anos vive em situação de insegurança alimentar, sendo que 5% delas apresentam desnutrição crônica, aponta o relatório.

Ações em prol da agenda ambiental



Proposta de licenciamento ambiental recebe críticas

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou o Projeto de Lei (PL) 3.469/2024, que viabiliza a colaboração financeira da União com estados e o Distrito Federal para ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais. O projeto também permite acesso a recursos do Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos e do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Alckmin anunciou ainda o investimento de R\$ 32 milhões para municípios da Amazônia e Pantanal, para as ações de prevenção e controle de incêndios.

“Não há melhor maneira de comemorarmos essa data do que trabalhando para defendermos o meio ambiente e preservarmos a nossa casa comum”, declarou em cerimônia pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, no Palácio do Planalto.

Ainda foram assinados dois decretos, um que cria o Refúgio

de Vida Silvestre do Soldadinho-do-Araripe e o que amplia a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, estendendo a faixa marítima de proteção da maior unidade de conservação (UC) marinho-costeira do país.

Um terceiro decreto instituiu o Planejamento Especial Marinho (PEM), que vai mapear os diferentes usos do oceano brasileiro com o objetivo de preservar e garantir o uso sustentável dos recursos marinhos.

Por meio dos ministérios

do Meio Ambiente e Mudança Climática e das Cidades, foi lançado também o edital de chamamento público para o programa Periferias Verdes Resilientes, para que iniciativas da sociedade civil possam atuar em medidas de adaptação das periferias urbanas às mudanças climáticas, por meio de soluções baseadas na natureza, como a transformação de áreas cinzas acimentadas em áreas verdes para evitar enchentes e deslizamentos.

Na solenidade, foi lançado ainda o programa de aprendizagem e capacitação online para gestores municipais “Como elaborar planos de adaptação à mudança do clima”.

O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima em exercício, João Paulo Capobianco, também anunciou a candidatura de reconhecimento da Reserva da Biosfera Marinha Vitória-Trindade - Costa Central do Brasil, junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A medida reconhece a área como modelo de conservação, com gestão participativa, sustentável e com foco na pesquisa e desenvolvimento do uso dos recursos naturais.

O governo federal lançou ainda duas consultas públicas para ouvir a população sobre a sociobioeconomia no Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia e a regulamentação do pagamento por serviços ambientais.

STF

Investigado por importunação é reprovado em concurso

Por unanimidade, a Primeira Turma do STF confirmou a reprovação de um candidato ao cargo de investigador da Polícia Civil do Estado de São Paulo na etapa de investigação social, por estar sendo processado pelo crime de importação sexual. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1497405. Os concursos para a carreira policial abrangem exame de investigação física, avaliação médica e psicológica e investigação social, com verificação de antecedentes criminais, conduta moral, comportamento em sociedade e envolvimento em situações que possam comprometer a ética e a integridade pertinentes para a carga policial.

STJ

Planos de saúde podem pedir recuperação

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que as cooperativas médicas operadoras de planos de saúde podem requerer os benefícios da recuperação judicial, nos termos do artigo 6º, parágrafo 13º, da Lei 11.101/2005. Segundo o colegiado, essa possibilidade se tornou mais nítida a partir das alterações promovidas pela Lei 14.112/2020.

“A exclusão dessas entidades do benefício da recuperação judicial poderia levar à insolvência e à consequente descontinuidade de serviços essenciais, o que seria contrário ao interesse público”, afirmou o relator do recurso, ministro Marco Buzzi.

TSE

Partidos devem enviar prestações de contas de 2024

Os partidos políticos têm até 30 de junho para encaminhar à Justiça Eleitoral a prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2024.

O envio é obrigatório e deve ser feito exclusivamente por meio do Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA).

De acordo com o artigo 32 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), o balanço contábil do diretório nacional da legenda deve ser enviado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos diretórios estaduais, aos tribunais regionais eleitorais (TREs), e dos diretórios municipais das agremiações, aos juízes eleitorais.

TCU

Irregularidades em recursos da União para municípios

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez auditoria para verificar a regularidade da aplicação de recursos da União descentralizados para municípios mediante transferências especiais. O período analisado foi de 1/1/2021 a 30/9/2024 e os municípios abrangidos pela auditoria foram: Alegre (ES), Bituruna (PR), Bonfim (RR), Canelinha (SC), Lagarto (SE), Mucajá (RR), Nova Mamoré (RO), Novo Oriente (CE), Santa Helena de Goiás (GO), São Caitano (PE), Miranda do Norte (MA) e Santana (AP).

Os doze municípios auditados receberam, entre 2020 e 2024, 181 indicações de emendas na modalidade de transferência especial.